



Desafios Enfrentados por Estudantes com Transtorno do Espectro Autista no Âmbito Escolar do Semiárido Nordestino Brasileiro

Challenges Faced by Students With Autism Spectrum Disorder in the School Context of the Brazilian Northeastern Semi-Arid Region

Alexsandro Alves da Silva¹ Lucimara Silva Torres Santos²
Juliana de Moura Pacheco Leal³ Juliana Rodrigues Dias⁴
Aloilda da Silva Coêlho⁵ Gisele Soares Lemos Shaw⁶

Submetido: 20/10/2025 Aprovado: 13/12/2025 Publicação: 05/01/2026

RESUMO

Este estudo analisou desafios enfrentados por estudantes com Transtorno do Espectro Autista no processo de inclusão escolar na região do semiárido nordestino brasileiro. Por meio de uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa, foram selecionados cinco artigos publicados entre os anos de 2015 e 2025, oriundos de periódicos revisados por pares e com recorte territorial compatível com a proposta. O universo de coleta de dados ocorreu por meio da plataforma Google Scholar, mediante refinamentos de pesquisa. Os resultados apontam para a persistência de obstáculos significativos à efetivação da inclusão, como a carência de formação docente específica, ausência de materiais pedagógicos adaptados, diagnóstico tardio, deficiências na infraestrutura escolar e escasso apoio institucional. Além disso, constatou-se que as políticas de inclusão são fragmentadas e pouco conectadas às realidades locais. Iniciativas como equoterapia e tecnologias digitais são promissoras, mas pouco articuladas. Destaca-se a necessidade de políticas que garantam acesso, permanência e desenvolvimento de estudantes autistas no semiárido, além de mais produção acadêmica sobre o tema.

Palavras-chave: Educação Especial; Formação Docente; Inclusão Escolar; Semiárido Nordestino; Transtorno do Espectro Autista.

ABSTRACT

This study analyzed the challenges faced by students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the process of school inclusion in the Brazilian Northeastern semi-arid region. Through a qualitative bibliographic review, five peer-reviewed articles published between 2015 and 2025 were selected, all with territorial scope compatible with the study's proposal. Data collection was carried out using the Google Scholar platform, with specific search refinements. The results point to the persistence of significant barriers to effective inclusion, such as the lack of specific teacher training, absence of adapted teaching materials, late diagnosis, deficiencies in school infrastructure, and limited institutional support. Additionally, it was found that inclusion policies are fragmented and poorly aligned with local realities. Initiatives such as equine-assisted therapy and digital technologies show promise but remain poorly integrated. The study highlights the need for policies that ensure access, retention, and development of autistic students in the semi-arid region, as well as a greater academic output on the subject.

Keywords: Special Education; Teacher Training; School Inclusion; Northeastern Semi-Arid Region; Autism Spectrum Disorder.

¹Mestrando no Programa de Pós-graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido- PPGDIDES. Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) Petrolina – PE, Brasil. ✉ alexalves95@outlook.com.

²Mestranda no Programa de Pós-graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido- PPGDIDES. Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Petrolina – PE, Brasil. ✉ isaac.torres@terra.com.br

³Mestranda no Programa de Pós-graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido- PPGDIDES. Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Petrolina – PE, Brasil. ✉ julianapleal18@gmail.com

⁴Mestranda no Programa de Pós- Graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido PPGDIDES. Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) Petrolina – PE, Brasil. ✉ julianardias84@gmail.com.

⁵ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido- PPGDIDES. Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Petrolina – PE, Brasil. ✉ professoraaloilda@gmail.com.

⁶ Doutora em Educação em Ciências: Química da vida e Saúde. Professora do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido- PPGDIDES. Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Petrolina – PE, Brasil ✉ gisele.shaw@univasf.edu.br

1. Introdução

Este artigo resulta de um estudo que objetivou analisar os principais desafios enfrentados por estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no processo de inclusão escolar na região do semiárido nordestino brasileiro, território onde a precariedade estrutural das instituições públicas, somada à escassez de políticas públicas efetivas, acentua as barreiras para uma educação verdadeiramente inclusiva. (Oliveira *et al.*, 2025). Apesar do avanço nas legislações e diretrizes educacionais voltadas à inclusão, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2008, 2015), a realidade educacional desses estudantes permanece marcada por exclusões simbólicas e práticas, especialmente em regiões social e economicamente vulneráveis, como apontam Cunha (2016, *apud* Oliveira, 2023). Isso somente comprova que a prescrição legal não se constitui em garantia de direito, pois não se converte automaticamente em práticas inclusivas no cotidiano escolar. De fato, o que se afere nas escolas é a falta preparo técnico, pedagógico e de infraestrutura adequada, além de um esforço mais sistemático dos sujeitos escolares para reconhecer os estudantes autistas como sujeito de direitos, aprendizagens e relações (Santos; Oliveira, 2021).

A investigação deste tema foi motivada por compromissos éticos e legais que reafirmam o direito à educação inclusiva como um princípio inegociável e assegurado pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Normas como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência exigem que a escola se adapte às necessidades dos estudantes, promovendo não apenas o acesso, mas o pertencimento (Brasil, 2015; Mantoan, 2003; ONU, 2006). Como destaca Oliveira (2023), qualidade educacional hoje implica inclusão intencional, rompendo com práticas genéricas ainda comuns, especialmente em regiões historicamente negligenciadas como o semiárido nordestino.

Como destacam Rosa, Matsukura e Squassoni (2019, *apud* Caldeira; Sousa; Malheiro, 2024), o processo de escolarização de pessoas com TEA, seja na infância, adolescência ou vida adulta, demanda abordagens que respeitem os diferentes ritmos de aprendizagem, bem como a construção de vínculos afetivos e sociais. Tais aspectos tornam-se ainda mais sensíveis quando observados sob a ótica do semiárido, uma região que, além das barreiras educacionais, enfrenta desafios históricos de infraestrutura, acesso à informação e escassez de políticas públicas intersetoriais. Assim, o debate sobre inclusão de estudantes com autismo nesse território vai além do aspecto educacional, revelando uma problemática social e política mais ampla, atravessada por desigualdades que se perpetuam no tempo.

A presente pesquisa, portanto, é justificada pela escassez de estudos que articulem, de forma específica, os desafios da inclusão de estudantes com TEA, evidenciada por Moura e Bonotto (2024). A dificuldade de pesquisas voltadas a essa temática também se estende ao semiárido

nordestino. Embora o tema da inclusão tenha ganhado espaço no discurso acadêmico e midiático, ainda são poucos os trabalhos que dão visibilidade às realidades vividas fora dos grandes centros urbanos. Conforme alertam Castro e Pino (2024), sem uma compreensão profunda das singularidades regionais, corre-se o risco de reproduzir políticas homogêneas que não dialogam com o chão da escola, negligenciando as múltiplas vozes que compõem o cenário da inclusão.

Diante disso, este artigo foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, realizada na base Google Scholar, com foco em artigos científicos publicados entre 2015 e 2025, que buscassem responder ao seguinte problema: Quais são os principais desafios enfrentados por estudantes com TEA no processo de inclusão educacional na região do semiárido nordestino? A seleção do material foi guiada por critérios rigorosos, incluindo apenas publicações originais, revisadas pelos pares, que dialogassem diretamente com o contexto regional e a temática da inclusão escolar de pessoas com TEA.

A seguir, o artigo apresenta uma discussão teórica sobre os caminhos e impasses da inclusão de estudantes autistas nas escolas brasileiras, com ênfase nos aspectos éticos, pedagógicos e estruturais. Em seguida, descreve-se a metodologia adotada para a realização da pesquisa e são apresentados os resultados encontrados nos estudos analisados, todos realizados no contexto do semiárido brasileiro.

2. Fundamentação Teórica

Investir na formação de professores é um passo indispensável para que escolas se tornem ambientes verdadeiramente inclusivos. Sem esse preparo, a inclusão de alunos com TEA pode ser apenas uma formalidade, sem o impacto positivo necessário no desenvolvimento e aprendizagem desses estudantes (Oliveira 2023, p.2).

Para Souza (2015, *apud* Oliveira, 2023, p.3-4), a formação de professores é essencial para a inclusão de alunos com TEA. Ao se qualificarem, os educadores aprimoram suas práticas, garantindo um ensino de qualidade e promovendo a verdadeira inclusão desses estudantes no ambiente escolar. Para ela, é crucial que o professor seja capaz de identificar as dificuldades de seus alunos, possuindo um conhecimento aprofundado sobre o autismo, o que permite a aplicação de intervenções pedagógicas adequadas que visam o desenvolvimento e a plena inclusão.

Conhecer o TEA em suas nuances - desde os aspectos sensoriais até os padrões de interação social - pode possibilitar que o docente não apenas adapte conteúdos, mas reconstrua suas práticas com base na singularidade de cada aluno. Assim, ao reconhecer que a inclusão exige intencionalidade, propriedade e profundidade, rompe-se com a lógica da improvisação e da invisibilidade que ainda marca tantas salas de aula, sobretudo em regiões do interior e do semiárido

brasileiro.

Oliveira (2023) ainda afirma que, no panorama educacional contemporâneo, não é mais possível pensar em qualidade educacional sem pensar em inclusão plena. Segundo a mesma, o avanço nas discussões sobre o Transtorno do Espectro Autista impõe uma exigência ética e pedagógica: compreender profundamente os desafios enfrentados por esses estudantes dentro do ambiente escolar, respeitando suas singularidades e suas formas únicas de aprender e de se relacionar com o mundo. Isso significa que o sistema educacional, em todos os seus níveis, precisa deixar de lado soluções genéricas ou paliativas e assumir a responsabilidade por uma inclusão que seja real - não apenas no discurso, mas nas práticas diárias, nos planejamentos, nas avaliações e, sobretudo, na formação dos professores. Sem professores preparados, sensibilizados e atualizados, qualquer proposta inclusiva corre o risco de se tornar apenas mais uma política vazia.

Conforme ressalta Cunha (2016, *apud* Oliveira, 2023, p.7), a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular não é um favor nem uma inovação recente é um direito legalmente garantido, respaldado pelo artigo 27 da Lei nº 13.146/2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). No entanto, o fato de estar na lei não significa que a inclusão se concretize no chão da escola. A distância entre a legislação e a prática cotidiana ainda é grande, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade estrutural, como nas escolas públicas do interior do país.

Entretanto, a efetivação dessa inclusão depende, sobretudo, da adequação pedagógica - o que exige professores preparados, material adaptado, tempo para planejamento, suporte institucional e, acima de tudo, uma mudança de mentalidade que reconheça o aluno com autismo como sujeito de direito e de aprendizagem, e não como uma exceção a ser tolerada. Garantir a matrícula é apenas o primeiro passo. O desafio maior é garantir que esse aluno aprenda, conviva e se desenvolva em igualdade de condições, o que só será possível se a formação docente for vista como política central e não como responsabilidade individual do educador. De acordo com Mantoan (2006, p.22) o tempo da “indiferença às diferenças” está acabando, não é mais possível ignorar a existência das diferenças socialmente construídos, como é o caso das pessoas com deficiência, que “fogem” ao padrão ideal estabelecido.

Em um estudo realizado por Rosa, Matsukura e Squassoni (2019, *apud* Caldeira, Sousa e Malheiro, 2024, p.11) traz à tona uma dimensão frequentemente esquecida da inclusão: a escolarização de adultos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ao analisar as vozes de pais e cuidadores, a pesquisa revela um cenário de exclusão silenciosa, onde a maioria dos adultos autistas teve acesso restrito à educação regular - e, quando teve, esse acesso foi marcado por descontinuidades, ausências de adaptação e suporte insuficiente.

De acordo com Caldeira, Sousa e Malheiro (2024), ainda que o Brasil tenha avançado no

campo normativo, com legislações que asseguram o direito à educação para pessoas com deficiência, o que se observa na prática é uma lacuna profunda no atendimento educacional continuado para adultos autistas. O sistema parece operar como se a inclusão tivesse um prazo de validade - como se, ao atingir a maioridade, o sujeito autista deixasse de ter direito à escolarização plena. Segundo as autoras, não só há uma falha estrutural, mas uma lógica capacitista e excludente, que desconsidera a aprendizagem como um processo ao longo da vida. A pesquisa aponta, com precisão, para a urgência de políticas intersetoriais e práticas educativas que reconheçam a diversidade dos percursos e garantam atendimentos individualizados, permanentes e humanizados - não apenas para crianças e adolescentes, mas também para os adultos, que seguem, dia após dia, buscando seus espaços de pertencimento e aprendizado.

Além do mais, embora a presença de estudantes com Transtorno do Espectro Autista em salas de aula regulares venha se tornando cada vez mais comum, de acordo com um estudo realizado por Da Costa *et al.* (2025, p.214), a percepção dos colegas neurotípicos nem sempre reflete uma inclusão plena. Muitos estudantes relatam não notar grandes diferenças na dinâmica da turma, enxergando o colega com TEA como “normal”, especialmente quando ele participa de atividades em grupo ou acompanha os conteúdos com relativa autonomia. À primeira vista, essa naturalização pode parecer um indicativo positivo.

No entanto, ainda segundo Da Costa *et al.* (2025), a aparente tranquilidade esconde nuances importantes. De acordo com a pesquisa, em diversos relatos, colegas também observam que o estudante com TEA passa grande parte do tempo isolado ou imerso no celular, indicando um distanciamento social que compromete a interação, o pertencimento e, consequentemente, o aprendizado. Essa falta de vínculo interpessoal, muitas vezes percebida, mas não problematizada, revela que a inclusão escolar, para além da dimensão pedagógica, precisa considerar com urgência a construção de relações sociais significativas, mediadas por professores, equipe pedagógica e estratégias intencionais de socialização.

Por isso, Mantoan et al., (2003, *apud* Da Costa et al, 2025) afirma que a inclusão educacional não se restringe ao mero acesso físico ao ambiente escolar, mas exige a construção de práticas pedagógicas que contemplem e valorizem as especificidades de cada aluno, promovendo um aprendizado significativo para todos. Nesse sentido, a educação inclusiva e a formação integral são interdependentes, buscando o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos em suas dimensões intelectual, emocional, social e profissional

No entanto, apesar de terem aferido resultados promissores com experiências terapêuticas bem-sucedidas, como a Equoterapia, Castro e Del Pino (2024) afirmaram que persistem fragilidades estruturais que comprometem sua efetividade como estratégia pedagógica articulada à escola. A maior delas diz respeito à ausência de formação prática específica para os profissionais

da educação que atuam junto a estudantes com deficiência, sobretudo aqueles com Transtorno do Espectro Autista, cujas demandas requerem abordagens interdisciplinares, sensoriais e individualizadas. Soma-se a isso à dificuldade do estabelecimento de um acompanhamento contínuo e articulado entre os espaços terapêuticos e os ambientes escolares, o que faz com que muitos avanços obtidos na equoterapia não encontrem eco no cotidiano da sala de aula.

Esse quadro está diretamente ligado à falta de políticas públicas que incentivem e estruturem essa integração, tanto na formação docente quanto no reconhecimento institucional da equoterapia como prática complementar à aprendizagem. O que se observa, na prática, é que a atuação do professor, ainda que sensível e comprometida, acaba ocorrendo de forma isolada, sem o respaldo de uma política mais ampla que reconheça a importância do educador no processo de cuidado integral, onde saúde e educação caminham juntas.

3. Caminhos de Pesquisa

O presente estudo caracteriza-se por adotar uma abordagem qualitativa, pertinente para compreender fenômenos em contextos específicos, como é o caso da inclusão de estudantes com TEA no semiárido nordestino. Para Minayo (2014) o método qualitativo é utilizado para estudar aspectos como a história, as relações, as representações, as crenças, as percepções e as opiniões. Esses elementos são considerados produtos das interpretações que os seres humanos desenvolvem sobre suas vidas, a construção de seus artefatos, bem como sobre eles mesmos, incluindo seus sentimentos e pensamentos.

A pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, com base na fonte acadêmica Google Scholar. Foram definidos como termos de busca as expressões: Autismo e estudantes e semiárido, utilizando o operador booleano “e” - “autismo” e “estudantes” e “semiárido”, para refinar os resultados. O recorte temporal considerou publicações dos últimos dez anos, tendo como referência o mês de março de 2025.

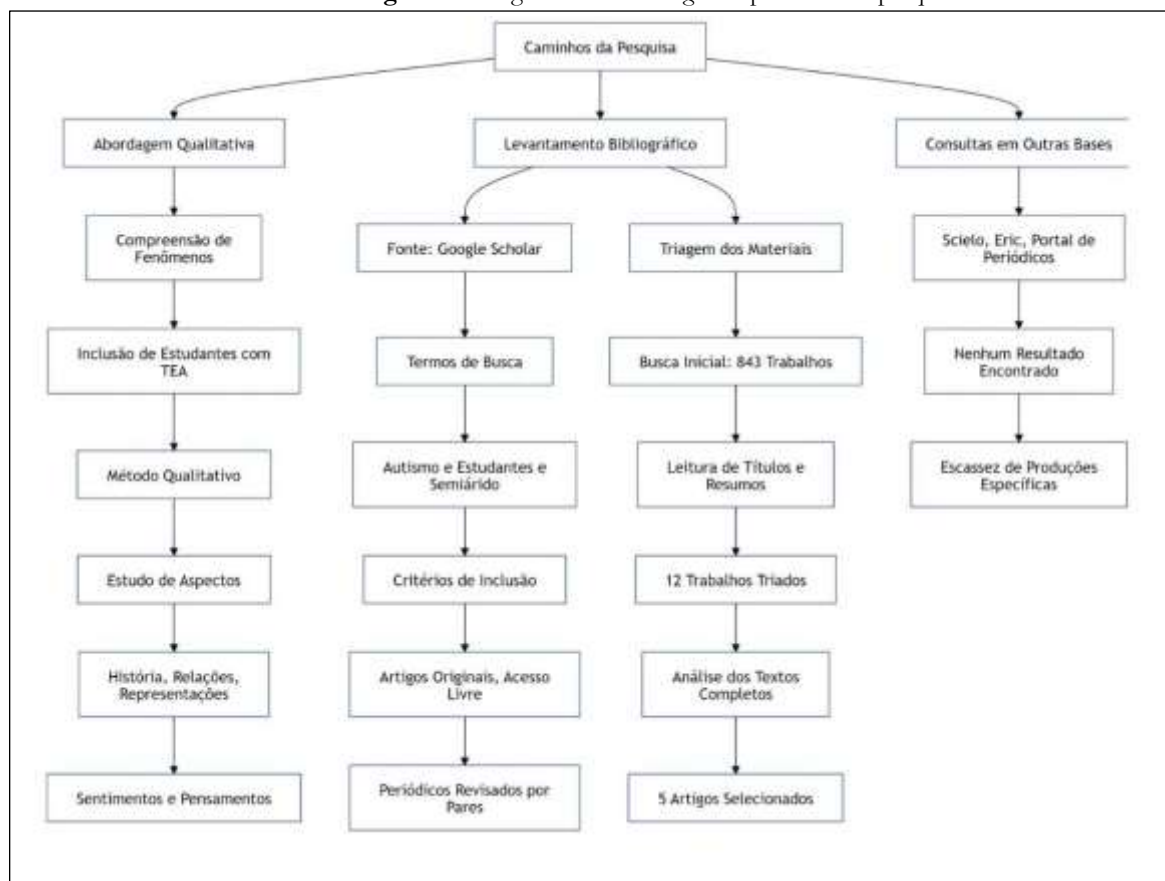
Como critérios de inclusão, foram aceitos apenas artigos originais, de acesso livre, publicados em periódicos revisados por pares, e que abordassem vivências ou percepções sobre os desafios enfrentados por estudantes com TEA na região semiárida no Brasil. Como critérios de exclusão foram considerados trabalhos de caráter meramente teórico, revisões sistemáticas, estudos que apresentassem análises sobre produtos educacionais ou estudos sem vínculo com o contexto e região investigada.

O processo de triagem dos materiais foi realizado na plataforma Google Acadêmico, cuja busca inicial resultou em 843 trabalhos. Após a leitura dos títulos e resumos, 12 deles foram triados por apresentarem possível relação com os objetivos da pesquisa. No entanto, após análise dos

textos completos com base nos critérios de exclusão, apenas cinco artigos foram selecionados para compor o corpus da análise.

Também foram consultadas as bases Scielo, Eric e o Portal de Periódicos da Capes, utilizando os mesmos descritores e critérios de busca. No entanto, nessas plataformas, nenhum resultado foi encontrado que atendesse aos objetivos e recortes da pesquisa. Esse resultado zero evidencia a escassez de produções específicas sobre o tema nas referidas bases. Abaixo, eis a figura 1, com o desenho e percurso da pesquisa.

Figura 1 - Diagrama com o *design* e o percurso da pesquisa



Fonte: Autores, 2025.

A interpretação dos dados extraídos dos artigos selecionados foi conduzida por meio da análise de conteúdo. De acordo com Bardin (1977), as várias fases da análise de conteúdo se organizam em torno de três polos cronológicos: a pré-análise, a análise do material e o tratamento dos resultados, incluindo a inferência e a interpretação. No entanto, a autora ressalta que não existem fronteiras claras entre a coleta de informações, o início da análise e a interpretação, o que demonstra o caráter dinâmico e interativo desse processo de pesquisa.

4. Resultado e discussões

A presente investigação consistiu em uma pesquisa bibliográfica com foco na inclusão de estudantes com TEA no semiárido nordestino. A busca inicial, realizada no Google Acadêmico com os descritores “autismo”, “estudantes” e “semiárido”, resultou em 843 publicações. Após triagem, cinco artigos atenderam aos critérios de inclusão, compondo o corpus final da análise. As plataformas SciELO, ERIC e o Portal de Periódicos da CAPES, também foram consultadas, sem registros pertinentes. Foram excluídas dissertações, teses, monografias e trabalhos de conclusão de curso. Os cinco artigos selecionados estão apresentados no Quadro 1, contendo informações sobre os periódicos, autores, títulos, anos de publicação e lócus das pesquisas.

Quadro 1 – Artigos científicos sobre inclusão de estudantes com TEA no semiárido nordestino.

Periódico	Referência	Título	Lócus da Pesquisa
Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade.	Souza e Shaw (2024).	Sequência Didática Interdisciplinar Bonfim contra o coronavírus e a aprendizagem de estudantes autistas e não autistas.	Senhor do Bonfim – BA
Criar Educação.	Castro e Pino (2024).	Equoterapia e estudantes com Transtorno do Espectro Autista uma experiência educativa no semiárido baiano.	Centro de Equitação e Equoterapia Cícero-dantense – Cícero Dantas – BA.
Repositório UFERSA.	Oliveira (2023).	A formação do professor de Língua Portuguesa e o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA): desafios e perspectivas dos docentes de uma escola pública do município de Felipe Guerra – RN	Escola Estadual Antônio Francisco – Felipe Guerra – RN.
Ensino, Saúde e Ambiente.	Shaw (2022).	Contribuições de mães, escolas e especialistas no processo de desenvolvimento de três crianças autistas em região do semiárido baiano.	Senhor do Bonfim – BA.
Anais CIET: Horizonte.	Caldeira, Sousa e Malheiro (2024).	A mediação e o uso da tecnologia digital como ferramenta de inclusão para estudantes com TEA: perspectivas de estudos contemporâneos.	Estudo bibliográfico com base em Scielo, Scopus e Web of Science (2015–2021).

Fonte: Autores, 2025.

Os procedimentos de análise empregados neste trabalho são baseados na metodologia de análise de conteúdo de Bardin (1977), essa metodologia consiste em um conjunto de técnicas

metodológicas voltadas à interpretação objetiva e sistemática de mensagens, permitindo a inferência de conhecimentos a partir de dados explícitos. Com base nesse método, as análises realizadas neste estudo possibilitaram identificar categorias temáticas recorrentes nos artigos selecionados, as quais atenderam ao objetivo geral do estudo de analisar os principais desafios que estudantes com TEA deparam-se no trilhar da inclusão educacional na região do semiárido nordestino.

Por isso que após a leitura criteriosa dos artigos escolhidos, seguindo os critérios de inclusão, os desafios identificados foram divididos em subcategorias, conforme exposto no quadro 2:

Quadro 2 - Desafios educacionais encontrados para a concretização da inclusão de estudantes autistas no semiárido, conforme apontam os estudos seletados para o banco de dados da pesquisa.

Categorias	Subcategorias	
Desafios	Escola	Falta de estrutura e recursos. Pouco apoio governamental. Falta de profissionais especialistas. Adaptação do ambiente físico e sensorial.
	Professor	Falta de preparo dos docentes e da comunidade acadêmica. Ausência de formação específica dos profissionais educadores. Falta de preparo técnico adequado para lidar com estudantes com TEA, dificultando práticas pedagógicas inclusivas.
	Estudantes com TEA	Diagnóstico tardio e falta de apoio institucional inicial. Barreiras de comunicação e isolamento social. Falta de materiais pedagógicos especializados para atender as necessidades do estudante com TEA.

Fonte: Autores, 2025.

Conforme Souza e Shaw (2024) os principais desafios enfrentados por estudantes com TEA incluem dificuldades de comunicação e interação social, que podem impactar sua participação nas atividades escolares. Além disso, a singularidade de cada pessoa autista e as especificidades do transtorno tornam o processo de inclusão educacional complexo. A convivência com pares e a adaptação das metodologias de ensino são essenciais para superar esses desafios e promover um ambiente inclusivo.

Castro e Pino (2024) destacam a importância de práticas alternativas, como a equoterapia, porém observam que essas ações são isoladas e pouco integradas ao currículo escolar. Por isso, não é raro que o discurso sobre inclusão escolar se torne um eco distante de boas intenções.

Oliveira (2023) identificou que professores de Língua Portuguesa da rede pública de Felipe Guerra/RN relatam insegurança ao lidar com estudantes autistas, especialmente pela falta de formação continuada. Por esse motivo, quando o objeto da análise são os estudantes com TEA no semiárido nordestino, o debate deixa de ser apenas um exercício teórico ele se encarna em histórias de invisibilidade, lacunas estruturais e silêncios institucionais.

Mantoan (2003) enfatiza que o ensino curricular de nossas escolas, organizado em disciplinas, isola, separa os conhecimentos, em vez de reconhecer suas inter-relações. É nesse terreno seco, literal e metafórico, que a presente revisão literária cavou suas perguntas: afinal, quais são os desafios concretos enfrentados por esses sujeitos no espaço escolar?

Shaw (2022) mostra que as mães enfrentam desafios relacionados à falta de apoio escolar durante o desenvolvimento de seus filhos autistas, como a ausência de adaptações curriculares e acolhimento adequado. Ademais, há dificuldades na compreensão da condição do autismo por parte das instituições e a necessidade de um diagnóstico precoce para melhor intervenção. A escassez de recursos e serviços especializados na região também contribui para esses desafios. A falta de materiais adaptados, aliada a diagnósticos tardios e a uma institucionalidade que apenas “tolera” esses alunos sem reconhecê-los como sujeitos de direitos, compõe um retrato cruel da inclusão como ficção protocolar.

Caldeira, Sousa e Malheiro (2024) destacam que a efetivação da inclusão educacional depende da adoção de estratégias pedagógicas especializadas, do uso intencional de tecnologias digitais e da realização de adaptações específicas que atendam às necessidades dos estudantes. Esses elementos são considerados essenciais para a promoção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos e para o fortalecimento dos processos de aprendizagem.

Ao investigar os cinco estudos selecionados, a pesquisa escancarou aquilo que já era, em parte, intuído: a legislação existe, mas não caminha. A estrutura física das escolas, muitas vezes deteriorada, é um dos primeiros obstáculos, mas está longe de ser o único. O dado mais gritante talvez seja a ausência de formação específica dos professores. Espera-se do docente que ele abrace a causa da inclusão com um preparo improvisado, como se a sensibilidade bastasse para compensar a falta de ferramentas pedagógicas concretas. Mas na verdade, de acordo com Oliveira (2023), para o crescimento de forma adequada do aluno com TEA, os professores que lidam com eles e suas especificidades, necessitam de conhecimentos que os possibilitam usarem de estratégia para o melhor aprender do aluno.

No entanto, nem tudo se reduz ao professor. Reconhece-se, com honestidade incômoda, que muitas escolas no semiárido operam à beira do possível. O apoio governamental é frágil, as políticas públicas são intermitentes, e as práticas pedagógicas, quando existem, são desconectadas da realidade dos estudantes com TEA. A falta de materiais adaptados, aliada a diagnósticos tardios e a uma institucionalidade que apenas “tolera” esses alunos sem reconhecê-los como sujeitos de direitos, compõe um retrato cruel da inclusão como ficção protocolar.

E, no entanto, há nuances. A análise de experiências como a equoterapia, por exemplo, revela caminhos alternativos, ainda que limitados. Elas apontam para o potencial de ações interdisciplinares mas também denunciam sua vulnerabilidade: sem integração entre os espaços

terapêuticos e escolares, tais experiências tornam-se episódios isolados, quase simbólicos, desconectados da rotina educacional real. Sobre este aspecto, nos esclarece Castro e Pino (2024), “promover a inclusão vai além de movimentar o estudante para outros espaços no/do município, mas promover a integração dele com a equipe multidisciplinar, por meio de uma abordagem acolhedora e potencializar as habilidades que já existem em cada um deles”.

Curiosamente, a percepção dos colegas neurotípicos também emerge como dado relevante. A aparente “normalidade” atribuída aos estudantes com TEA pode sugerir um avanço mas esconde, na verdade, uma nova forma de exclusão: a invisibilidade social. O estudante está ali, mas não pertence; participa, mas não é notado; aprende, talvez, mas desconectado de vínculos afetivos genuínos. É um tipo de solidão escolar que raramente entra nos relatórios, mas que corrói a experiência de estar na escola.

Sob o ponto de vista da revisão bibliográfica, o que mais salta aos olhos é o descompasso entre teoria e chão. A literatura é rica em diretrizes, mas pobre em ação. Fala-se em formação continuada, em práticas pedagógicas inovadoras, em respeito à singularidade do aluno, mas tudo isso soa ensaiado, distante do sertão, onde as escolas sobrevivem mais por resistência do que por estratégia.

Portanto, mais do que apresentar conclusões, o que este levantamento propõe é uma convocação: precisamos reaprender a escutar. Escutar os professores cansados, os gestores solitários, os estudantes calados, as famílias desamparadas. Escutar o semiárido, que tem seus próprios tempos, suas próprias urgências. Reforça Oliveira (2024), é fundamental que o indivíduo com deficiência tenha acesso aos seus direitos, isso é incontestável, pois está enraizado nos princípios fundamentais de justiça, igualdade e direitos humanos. Assim, incluir, no fim das contas, é mais do que permitir a entrada é garantir presença, vínculo e voz.

5. Considerações Finais

Este estudo teve como foco analisar os desafios enfrentados por estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no processo de inclusão escolar em escolas situadas no semiárido nordestino — uma região historicamente marcada pela precariedade estrutural, fragilidade nas políticas públicas e silenciamento das diversidades. A investigação, fundamentada em uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, identificou um conjunto persistente de barreiras que atravessam os espaços escolares: ausência de formação específica dos professores, diagnósticos tardios, falta de materiais pedagógicos adaptados, insuficiência de apoio institucional e uma estrutura física pouco acolhedora às necessidades sensoriais e sociais dos estudantes com TEA.

Os resultados extraídos dos artigos analisados revelam que a inclusão escolar, ainda que legalmente garantida, continua a ser uma promessa muitas vezes desvinculada da prática. Evidenciou-se que, nas escolas do semiárido, o discurso da inclusão se fragiliza diante da realidade cotidiana, onde o professor, embora sensível e comprometido, atua sem apoio técnico ou políticas consistentes. Além disso, a percepção social dos colegas e a ausência de vínculos afetivos com os estudantes com TEA revelam uma inclusão ainda marcada por isolamento e invisibilidade.

Como contribuição para a área da Educação, sobretudo no campo da Educação Especial e da prática docente interdisciplinar, este estudo traz à tona a importância de se pensar a inclusão não apenas como diretriz pedagógica, mas como construção coletiva, territorializada e contínua. A pesquisa destaca que o processo educativo de sujeitos com TEA demanda um olhar que vá além da adaptação curricular: requer a escuta ativa, a valorização das singularidades e o rompimento com lógicas capacitistas que ainda permeiam a cultura escolar. Ao evidenciar que a exclusão não se dá apenas pela ausência de estrutura, mas também pela negligência simbólica, o trabalho reforça a necessidade de políticas públicas intersetoriais que considerem os aspectos sociais, culturais e afetivos da escolarização inclusiva. Contudo, é preciso reconhecer os limites desta investigação. Por se tratar de uma revisão bibliográfica, a análise baseou-se em uma quantidade reduzida de artigos disponíveis sobre o tema, fato que, por si só, já denuncia a escassez de produções acadêmicas voltadas à inclusão de estudantes com TEA no semiárido nordestino. A baixa incidência de estudos não compromete a validade da pesquisa, mas impõe cautela e reforça a urgência de ampliar os olhares sobre essa temática, sobretudo em contextos periféricos onde a invisibilidade ainda impera.

Diante disso, abrem-se caminhos para novas pesquisas empíricas que investiguem, diretamente nas escolas do semiárido, as práticas e desafios da inclusão de estudantes com TEA. Envolver professores, famílias, gestores e alunos pode gerar subsídios mais consistentes.

Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 maio 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em:

[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-norma-atualizada-pl.pdf](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-norma-13146-6-julho-2015-781174-norma-atualizada-pl.pdf). Acesso em: 4 maio 2025.

CALDEIRA, Mariane Fernanda da Silva Cuice; SOUSA, Patrícia Nascimento de; MALHEIRO, Cícera A. Lima. A mediação e o uso da tecnologia digital como ferramenta de inclusão para estudantes com TEA: perspectivas de estudos contemporâneos. *Anais CIET: Horizonte*, 2024.

CASTRO, Felipe Carvalho; DEL PINO, José Cláudio. Equoterapia e estudantes com Transtorno do Espectro Autista: uma experiência educativa no semiárido baiano. *Criar Educação*, v. 13, n. 2, p. 193-207, 2024.

COSTA, Adriana Aparecida Rodrigues da; PEREIRA, Ana Carolina dos Santos; ALMEIDA, Guilherme Tavares de; MENDONÇA, Isabela Cristina Rocha; ARAÚJO, Vanessa Ferreira de. A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista na educação profissional e tecnológica e sua formação para o mundo do trabalho. *Revista Educação Inclusiva*, v. 10, n. 1, p. 200-216, 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. *Educação*, v. 32, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/675>. Acesso em: 4 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014. 407 p.

MOURA, Tanise da Silva; BONOTTO, Danusa de Lara. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista e práticas pedagógicas de Ciências e Matemática: um estudo de revisão bibliográfica. *Revista Ciências & Ideias*, p. e24152750, 2024. ISSN 2176-1477.

OLIVEIRA, Andreza Avelina de. A formação do professor de Língua Portuguesa e o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA): desafios e perspectivas dos docentes de uma escola pública do município de Felipe Guerra-RN. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. [Local e instituição não informados].

OLIVEIRA, Luciene Nunes dos Santos; NASCIMENTO, Keila Ribeiro do; ARAÚJO, Marilene Lopes de; OLIVEIRA, Ana Luiza dos Santos. A (neuro) diversidade na escola contemporânea: reflexões sobre práticas pedagógicas inclusivas e seus desafios. *Revista Semiárido De Visu*, p. 58-70, 2025.

OLIVEIRA, Mariza da Gama Leite de; SANTOS, Raila Lara dos. Os desafios da inclusão para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). *Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade*, v. 14, n. 4, p. 647-661, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. [S.l.]: ONU, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/disabilities/files/convention.pdf>. Acesso em: 4 maio 2025.

SHAW, Gabriela Souza Lopes. Contribuições de mães, escolas e especialistas no processo de desenvolvimento de três crianças autistas em região do semiárido baiano. *Ensino, Saúde e Ambiente*, v. 14, n. 2, p. 748–764, 2022.